



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Diá** 08/04/2016

política



Rita Oliveira

rittaoliveira@jornaldodiase.com.br - rittaloliveira@uol.com.br

O silêncio dos vereadores

A delegada Daniele Garcia, do Departamento de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), conclui hoje as oitavas dos 15 vereadores acusados de irregularidades no uso das verbas indenizatórias da Câmara Municipal de Aracaju, que resultou na deflagração da Operação Indenizar-se, lançada pela Deotap e Ministério Público Estadual visando investigar um desvio dessas verbas na ordem de R\$ 7 milhões no período de 2013 a 2015.

Será ouvido nesta sexta-feira o último dos 15 vereadores envolvidos na Indenizar-se: Roberto Moraes (SD). Ontem foram ouvidos Dr. Gonzaga (PMDB), que é um dos 15 e como a maioria usou da prerrogativa de permanecer em silêncio durante a oitiva, e o presidente da Câmara, Vinícius Porto (DEM), que antecipou depoimento que prestaria na próxima segunda-feira.

De todos os vereadores intimados para depor sobre os serviços contratados com as verbas indenizatórias de locação de veículos e advocatícios, somente Emmanuel Nascimento (PT) e Ivaldo José (PRTB) prestaram esclarecimentos. Negaram contrato de locação de veículos com a Elo Consultoria, confirmando apenas contratos jurídicos com o ex-vereador e advogado Alcivan Menezes.

Invocaram o direito constitucional de só falar em juízo, por orientação dos seus advogados, os vereadores Agamenon Sobral (PHS), Augusto do Japãozinho (PRTB), Valdir dos Santos (PTdoB), Roberto Moraes (SD), Jailton Santana (PSDB), Max Prejuízo (PSB), Daniela Fortes (PEN), Adelson Barreto Filho (PR), Renilson Félix (DEM), Adriano Taxista (PSDB), Anderson de Tuca (PRTB), Ivaldo José (PRTB) e Agnaldo Feitosa (PR).

Com a conclusão das oitavas, onde faltam

ser ouvidos os três empresários - Alcivan Menezes, Alcivan Menezes Filho e Pedro Ivo Santos Carvalho - o inquérito policial será concluído e encaminhado para o Ministério Público para que as devidas providências sejam tomadas.

É muito provável que seja pedido a prisão de alguns vereadores pelas provas robustas que a delegada já disse dispor e por não terem foro privilegiado. A própria Daniele já declarou que os contratos de locação de veículos eram fictícios porque já tinha ouvido os proprietários dos veículos e identificado que os carros nunca saíram da posse de seus donos.

Ressaltou que Alcivan Menezes pegava as placas de carros de filhos, amigos, parentes e incluía esses dados nos contratos com a Câmara de Vereadores. "Tudo de forma primária e infantil", chegou a declarar a delegada, enfatizando que dos R\$ 15 mil de verbas indenizatórias que os parlamentares recebiam mensalmente um total de R\$ 12 mil eram gastas nesse esquema de locação de veículos e serviços jurídicos.

Nas oitavas de ontem mais dois proprietários de carros, cujas suas placas constavam nos contratos da Elo Consultoria com os vereadores, declararam a delegada que nunca locaram veículos aos parlamentares por meio da locadora. Um deles, o Vinícius Vilas Boas, proprietário de um Fiesta, teve a placa do seu carro no contrato da empresa com o vereador Dr. Gonzaga.

Um outro vereador que aparece como tendo locado um Corola pago com verbas indenizatórias é Agamenon Sobral. A polícia já ouviu o proprietário, que também negou a locação.

Agora é aguardar a conclusão do inquérito policial.